

Governo Sarney, Igreja Católica e Jornalismo: Migalhas Censórias Em “Je Vous Salue, Marie”, Filme de Jean-Luc Godard¹

Matheus Rufino Ribeiro da SILVA²

Graduando

Guilherme Moreira FERNANDES³

Doutor

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA

Resumo

O presente artigo se interessa, dentre outros aspectos circundantes, pela cobertura jornalística pautada em “*Je Vous Salue, Marie*”, produção cinematográfica do cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard. Também nesta narrativa propõe-se o diálogo entre os conceitos de ideologias e mentalidades sobrepostos aos valores morais, éticos e políticos que compunham a atmosfera nacional durante o período de lançamento do filme no país, isto é, no início de 1985. Sem se afastar do mecanismo hierárquico do Poder público daquele momento, também se evidencia a intromissão influente e decisória da Igreja Católica na primeira gestão da Nova República. Entrecruzando essas etiquetas temáticas está a atividade jornalística e os enquadramentos escolhidos pelos profissionais, reforçando e criando novos sentidos.

Palavras-chave: Acontecimento Memorável; Censura; Cinema; Mentalidade Censória.

1. Introdução

A produção do cineasta Jean-Luc Godard, “*Je Vous Salue, Marie*”, foi lançada mundialmente em 1985. Com temática veladamente religiosa, visto que os personagens principais se chamavam Maria e José e sugeria contemporização de uma história conhecida em detalhes pela cultura ocidental, o filme com pouco mais de uma hora de duração não foi aceito no Brasil chefiado por José Sarney, que assumiu a presidência ainda sob resquícios das políticas persecutórias e proibitivas da ditadura. Subalterno ao primeiro líder civil subsequente ao Golpe de 1964 estava Fernando Lyra, então Ministro da Justiça, que assumiu a pasta no mesmo ano do lançamento do filme proibido. E na ponta da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal, órgão institucional criado justamente para analisar produções culturais produzidas nacional e internacionalmente, estava Coriolano Fagundes

¹ Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. Este trabalho é concorrente ao Prêmio José Marques de Melo.

² Estudante de graduação. Bolsista FAPESB, cursando o 7º período de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: matheusruff18@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRB. Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: guilherme.fernandes@ufrb.edu.br

recebendo ordens e instruções vindas do ministro e do Chefe do Departamento de Polícia Federal, Cel. Luiz de Alencar Araripe, sem manifestação pública a respeito do filme. Mais adiante perceberemos que foi essa dinâmica política que atuou no cerceamento do filme no país.

Vale salientar a postura desviante de José Sarney na condução do processo que se instalou nos arredores do filme em questão. Diferente das lideranças políticas que antecederam o emedebista, até mesmo antes do período militar, como recuperou Guilherme Fernandes (2018)⁴ ao apontar medidas censórias desde o Brasil Colônia, o presidente desempenhou conduta protagonista, estampando o noticiário com declarações e posicionamentos nitidamente unilaterais: em contrariedade à exibição de “*Je Vous Salue, Marie*”, como será descrito a seguir. A figura do chefe de Estado até aquele momento seguia à sombra dos subordinados e suas personificações. Desse modo, falamos dos agentes do Ministério da Justiça (MJ), do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da Divisão de Censura às Diversões Públicas (DCDP). Eram os representantes desses órgãos, não o presidente, quem respondiam por todas as decisões e práticas censórias oficializadas no país até a promulgação da Constituição Federal em outubro 1988, quando todas essas pastas e suas variantes ganharam outros nomes, mudaram de ministério ou foram extintas. Com isso, fica dado o fato de que a perseguição às diversões públicas não findou com a abertura política, muito menos com a chegada de um civil ao Poder: a tendência persecutória apenas terminou, nos moldes como atuava, com a implementação do conjunto de leis vigente até os tempos atuais.

Quem confere sentido às expressões de ideologia e mentalidade é o historiador francês Michel Vovelle (1991) e, dessa maneira, serão esses conceitos perpassados nas atitudes dos personagens trazidos no trabalho. Ambas se sobrepõem, dirá o autor, mas cada uma tem seu sentido e perspectiva prática. Ideologia seria, dentre alguns significados, “o conjunto de representações, mas também de práticas e comportamentos conscientes ou inconscientes” (VOVELLE, 1991, p. 11). Já mentalidade tem sua definição mais abrangente e se aproxima daquilo que podemos chamar de “inconsciente coletivo ou imaginário coletivo”. (VOVELLE, 1991, p. 21).

Este artigo faz parte da pesquisa intitulada “Mentalidade censória nas páginas dos jornais”. Interessada em discutir a censura institucional refletida nos jornais de circulação

⁴ Em sua Tese de Doutorado intitulada “Mentalidade censória e telenovela na Ditadura Militar”, Guilherme Fernandes (2018) rememora a atuação da censura e detalha em amplo levantamento histórico a origem das proibições e dos vetos na política nacional.

nacional nos anos da ditadura militar (1964 a 1988), o recorte proposto nasce da recorrente citação ao filme durante as análises. Passando pela hierarquia do Poder, a linha de pesquisa já se debruçou sobre as atividades do Chefe da Divisão de Censura às Diversões Públicas (DCDP), às gestões dos generais e coronéis à frente do Departamento de Polícia Federal (DPF) e, por fim, da pasta do Ministério da Justiça. Para compor os estudos apresentados aqui foram utilizadas oito publicações noticiadas em diferentes veículos do país, abrigadas na aba da Hemeroteca Digital. Os periódicos arquivados no site da Biblioteca Nacional foram: *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Commercio*, *Manchete*, *Jornal do Dia*, *O Pasquim*, com exceção do periódico *El País*, disponível on-line. Para tanto, não é possível se esquivar de todo processo da pesquisa e dos encontros com o orientador. Sem os levantamentos prévios, focados em outros ministros e chefes, não seria possível recortar, detalhar os assuntos e selecionar as matérias analisadas nesta narrativa.

2. “Je Vous Salue, Marie” Sob Foco Constante da Igreja e da Política Brasileira

“Eu Vos Saúdo, Maria”, título traduzido para a edição brasileira, despertou a atenção e os olhares críticos de inúmeros setores no país de origem, a França, mas também no Brasil. Parte resumida da imprensa nacional, na altura do lançamento, noticiou que lá fora o filme havia sido julgado e liberado para a exibição sob a defesa primária da liberdade individual e não limitação da expressão artística. Quem defendeu tal posicionamento foi Pierre Drai, juiz empenhado em salvaguardar os direitos da criação godardiana, completando: “Nada neste filme o torna pornográfico ou particularmente obscuro”.⁵ O trabalho jurídico do magistrado francês, falecido em 2013, demonstrou que até mesmo parte da mentalidade francesa enxergava no filme características que desabonassem a fé cristã e a imagem santificada de Maria, mãe imaculada de Jesus Cristo. Portanto, em que chave os jogos da mentalidade se inserem nesse cenário onde, judicialmente, foi decidido pela liberação da produção cinematográfica debatida? Em determinada medida, a decisão tomada pelo jurista francês consistiu na quebra da lógica temporal estabelecida socialmente, ou seja, houve certa ruptura às forças da inércia das estruturas mentais, como descreveu Michel Vovelle (1991) ao falar do conformismo das sociedades frente aos acontecimentos históricos. Compreende-se, todavia, que a consciência e reação de Drai diante da tentativa reducionista da cultura e seu agente não sinalizaram somente a abertura da liberdade artística, mas estabeleceu, naquele

⁵ A declaração de Pierre Drai é destacada em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, dia 29 de janeiro de 1985 no Caderno B. O título do texto é “Jean-Luc Godard e a Modernização da Virgem Maria”.

momento, algum limite disposto a frear futuros ataques censórios, e colaborou com o desenvolvimento das diversões públicas da França. Se não fosse a tomada de decisão desse sujeito também ideológico, amparado pelas balizas constitucionais de seu país, a produção de Godard passaria pelo mesmo processo conturbado que teve no Brasil, terreno onde as regras da Constituição foram suspensas para abrigar sobre ela os desejos de específicos grupos sociais e políticos.

O que ligava a França, o Brasil, a censura, o ano de 1985 e o filme de Jean-Luc Godard, ao menos nessa primeira fase da análise, é a posição e o poder da Igreja Católica frente ao Poder público. Tanto a atmosfera europeia quanto a brasileira, deixando de lado a colonização no qual o Brasil foi submetido, prestavam continência aos ditames do clero católico e, ao mesmo tempo, submetiam a laicidade do país aos desejos religiosos. Embora a França tenha conseguido se desligar da efetivação da censura, como se viu anteriormente, até à sentença jurídica conclusiva “*Je Vous Salue, Marie*” se viu ameaçado e posto sob suspensão. Nessas décadas, para tomarmos nota do conjunto de aspectos que rondavam esse período, a personificação religiosa de alta santidade vinha do Papa João Paulo II, considerado um líder católico importante, mas com práticas e defesas conservadoras. No âmbito nacional, associações católicas como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Centro Bíblico Católico (SP), Museu de Maria (PE) e outras movimentações religiosas espalhadas pelo país continuaram influenciando o Poder na transição militar para civil. Acompanhado ao “título maldito”, logo na sequência, eram trazidos menções ou posicionamentos de algumas dessas organizações religiosas que atuavam mais fortemente nas decisões do país naquele momento. Tais dados se fazem presentes em parte expressiva das matérias jornalísticas selecionadas para a composição deste estudo Após conclusão do arquivamento de notícias protagonizadas pelos Ministros da Justiça (1969 a 1986), sendo Alfredo Buzaid o primeiro e Fernando Lyra o último, foi preciso focar em um possível gancho temático para aprofundamento. Todas as matérias escolhidas despontaram na ferramenta de busca da Hemeroteca Digital, contribuindo com a organização e as análises dos arquivos.

Como principal motivo para a não liberação de “*Je Vous Salue, Marie*”, José Sarney defendeu, por intermédio da secretaria de imprensa da Presidência, no dia 5 de fevereiro de 1986, o seguinte posicionamento: “O presidente é católico, lê o Evangelho toda noite e vai à missa todo fim de semana; não quer contrariar o espírito cristão do povo brasileiro”.⁶ De

⁶ A declaração feita pela secretaria de imprensa da Presidência foi veiculada no *Jornal do Brasil*, dia 5 de fevereiro de 1986. O título da matéria diz: “Lyra entrega e Sarney proíbe filme de Godard”. Ao fim, a matéria conclui dizendo que

todo modo, na declaração em questão, percebe-se como a religiosidade do período influenciou uma decisão contra os valores artísticos e individuais; por causa desses grupos organizados a limitação esbarrou em todo o restante do país, se configurando, objetivamente, como censura à diversão pública, mecanismo censório que sujeitava filmes, peças teatrais, músicas, novelas, etc. a escrutínio. Ampliando brevemente o mapa geográfico por onde o filme foi recebido, partindo do Brasil, os católicos argentinos ameaçaram não seguir com a programação das igrejas caso ele fosse liberado e exibido ao público; com os italianos não teve muito alvoroço, o que não se repetiu em outras nacionalidades europeias; nos Estados Unidos “o filme é exibido em circuito meio subterrâneo, pois os exibidores têm medo da reação agressiva dos católicos”. (SIMÕES, 1999, p. 244).

Para um seguimento conservador, surgiam outros libertários e progressistas. A mídia nacional deu conta de dar vozes a eles também, talvez não na mesma quantidade, mas esses sujeitos, a seu modo, explanaram suas próprias reivindicações pedindo a liberação, sem cortes, do filme francês em terras brasileiras. Outro ponto importante nesse momento e que contribuiu para a leitura subjetiva do tempo é que, ao final daquele ano aconteceria as eleições para deputados, senadores e governadores onde o PMDB (atual MDB), partido do presidente Sarney, ocupou parte majoritariamente expressiva no Congresso Federal. A política agiu sob orientação religiosa no processo censório, mas não se absteve dos interesses primários de sua dinâmica natural, ou seja, a tentativa de controle social e a manutenção do Poder.

Na contramão de Sarney e da força centrípeta da Igreja Católica, entidades reconhecidas protestaram a favor da manifestação do pensamento e da criação artística. Tendo em vista o governo civil, entendiam que ações como essas destacadas não faziam sentido na Nova República, e seguir atuando dentro dos moldes arbitrários configuraria, para eles, menosprezo à grande parcela da sociedade brasileira que almejava, também, o fim ideológico da ditadura. Os assassinatos, a tortura, os atos institucionais, para exemplificar, foram medidas práticas da repressão, mas o regime agiu debaixo de determinadas atmosferas condutoras. Para tanto, era necessário que se extinguisse definitivamente a mentalidade censória para que, no campo social, pudesse se identificar as mudanças.

O que paira, deste modo, debaixo dessa atmosfera temporal? A quem ela está atrelada e quem são seus agentes? Primeiramente, afirmar que sob ela estão os costumes de uma época, os anseios e perspectivas compartilháveis de uma determinada sociedade: “a criança,

“somente três pessoas escreveram a Sarney em favor da liberação do filme”. No jornalismo a última informação é considerada a menos importante.

a mãe, a família, o amor e a sexualidade... a morte”. (VOVELLE, 1991, p. 16). Se fosse possível resumir esse complexo de expressões que tentam sintetizar o pensamento de grupos sociais e suas condutas individuais e sociopolíticas, essa ação seria potencialmente frustrada por conta das mutações que suas significações sofrem ao longo do tempo. Mas, nessa intenção, é possível se aproximar de algo que podemos chamar de horizontalização da inconsciência coletiva ou, até mesmo, mentalidade. Mais abrangente que a definição de ideologia, dirá o autor francês, essa outra linha de leitura historiográfica também possibilita jogar luz em problemáticas e atitudes adjacentes à “Eu Vos Saúdo, Maria”, buscando, através desses entendimentos, encontrar meandros que justifiquem a recepção tão indigesta do filme no Brasil. Vovelle (1991) lança a definição de mentalidade trazendo Robert Mandrou⁷ mas, ao elogiá-lo, ele também renega seu esforço, afirmando que “uma história das visões de mundo” é “incontestavelmente vaga”. E na mesma esteira ele propõe uma coesão possível na busca da compreensão em torno das mentalidades.

Em um primeiro nível, o conceito de mentalidade se constitui, como observamos mais amplo que o de ideologia: ele integra o que não está formulado, o que permanece aparentemente como “não significante”, o que se conserva muito encoberto ao nível das motivações inconscientes. (VOVELLE, 1991, p. 19).

Mudando a chave temática e ideológica, digamos assim, assinaram o manifesto a favor de “*Je Vous Salue, Marie*”, no início de 1986, os seguintes grupos: Associação dos Escritores do Estado, Casa do Jornalista, Associação dos Produtores Cinematográficos, Sindicato dos Publicitários entre outros.⁸ Durante parte significativa da história brasileira, sindicatos e associações também detiveram poderes persuasivos, tanto para reivindicações de direita quanto para esquerda. Ao longo dos anos, esses grupos sociopolíticos foram perdendo força de decisão capilarizada, mas é possível constatar nessa conjuntura outra grande instituição entrecruzando e sinalizando o norte do produto cinematográfico de Godard.

Em todo caso, a igreja encontrou pelo caminho sujeitos dispostos a encarar aqueles que defendiam a censura, a imposição e a limitação do desenvolvimento cultural do país. Porque era esse o anseio dos grupos conservadores, por isso definidos como tal: cercar a ampliação do conhecimento e se manterem no controle hegemônico das narrativas. Líderes religiosos ou até mesmo parte dos censores agiram conforme opiniões e declarações de

⁷ Robert Mandrou (1921-1984) foi um Historiador e intelectual do segundo grupo da Escola dos Annales.

⁸ Matéria extraída do *Jornal do Dia*, de Cuiabá. Datando primeiro de fevereiro de 1986, o texto tem o seguinte título: “Entidades lançarão protesto caso filme de Godard seja censurado”.

terceiros, ou seja, proibiram sem ao menos saber verdadeiramente do que se tratava a obra. A Conferência Nacional dos Bispos no Brasil foi a principal voz na luta pela proibição da película em telas nacionais. De todos esses personagens políticos citados, relatos confirmam que Coriolano Fagundes e Fernando Lyra, ao menos, assistiram integralmente ao filme. Inimá Simões (1999) segue contribuindo para os pormenores censórios por trás de “*Je Vous Salue, Marie*”.

Depois de pedir ao presidente que vetasse o filme, a cúpula da CNBB assumiu a linha de frente de uma campanha nacional. O detalhe é que Sarney não viu o filme. Nem mesmo Dom Luciano Mendes de Almeida, que liderava a campanha, exatamente como nos piores momentos da repressão militar, em que as obras artísticas eram interditas apenas por descrições verbais ou informações telefônicas. (SIMÕES, 1999, p. 245).

Na mesma linha de defesa, outra história a ser destacada e que foi noticiada pelo *Jornal do Commercio*, em maio de 1986, diz respeito a exibição do filme durante a Semana de Comunicação da Universidade do Amazonas.⁹ Esse movimento era comum entre os estudantes das universidades federais do país, mas, por conta da localização e do foco censório nessas capitais, UFRJ, PUC-SP e USP eram alvos frequentes de operações policiais, quase todas sem sucesso no que se refere a efetividade da proibição. Se tratando do Norte, todos os trâmites para mostragem do filme foram feitos na surdina, sem muito anúncio para que não despertasse atenção da Polícia Federal. Os estudantes estavam cientes da polêmica que rondavam o projeto fílmico e se esforçaram para conseguir dar seguimento nas atividades. A estudante Rejane de Souza, do terceiro semestre, organizadora do evento, comentou para o impresso como foi o processo interno para que a programação seguisse sem interrupções. Ela disse: “Sabendo que se chamássemos a imprensa e anunciássemos para todos os estudantes, não conseguiríamos passar o filme; resolvemos agir como pessoas sensatas que realmente estão interessadas em conhecer a obra e não utilizar essa desobediência civil como forma de autopromoção”. E ela seguiu trazendo outros detalhes: “Fizemos uma conta com os professores do Departamento de Comunicação e com os alunos do curso e conseguimos a cópia por um preço super acessível”. Com isso, concluímos que a atitude definida como “desobediência civil” não estava associada somente à transmissão proibida do filme e seu teor condenável, também se fazia presente na manobra feita pelos

⁹ Em matéria publicada no *Jornal do Commercio*, no dia 10 de maio de 1986, a jornalista Ivana Oliveira publicou o texto intitulado “Desobediência civil”. De acordo com a própria, o título foi escolha do editor, outro profissional da comunicação.

comunicólogos em conseguir o arquivo sem que ele estivesse sido liberado em objeto físico, na época, a fita VHS (*Video Home System*).

Numa entrevista de página inteira dada ao *O Pasquim*, um dos populares veículos de comunicação de oposição ao regime militar, quem traçou pequeno paralelo entre o filme e o posicionamento da igreja foi Paulo Freire. Intelectual ativo nas discussões políticas e sociais do país, mais uma vez o cruzamento entre política e religião teve destaque. Contrário à censura e qualquer outro tipo de aprisionamento, em 1986, o educador foi taxativo em dizer que “a igreja soube se redimir do apoio ao golpe de 64, mas falhou novamente ao defender a censura a *“Je Vous Salue, Marie”*”.¹⁰ Ele ainda descontraíu falando que até Nossa Senhora não teria nada contra o filme, bem como não gostaria da proibição. Dois personagens do governo já citados aqui também agiram contrariados na competência de suas atividades: Fernando Lyra, Ministro da Justiça (1985 a 1986), e Coriolano Fagundes, Chefe da Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (1985 a 1987).

Recebendo ordens do presidente e sob pressão das inúmeras cartas enviadas por civis indignados com a criação de Godard¹¹, deram como ponto final todo o imbróglio e efetivaram a censura. Lyra, inclusive, no dia do veto vindo de Sarney, apresentaria a ele nova proposta sobre a Lei de Censura; não chegou a entregar, de acordo com a matéria do *Jornal do Brasil*, por entender que o momento “não era propício”.¹² O Ministro da Justiça também definiu a decisão presidencial como um “acidente de percurso”, enquanto o Chefe da Censura alegou que a produção apenas “questionava um dogma da fé cristã”.¹³ Já o chefe da DPF se absteve de opinar publicamente a decisão de Sarney, visto que não há registros publicizados. Fernando Lyra, no dia 29 de julho de 1985, de acordo com o jornal *Diário do Pará*, quem anunciou, oficialmente, em evento público no teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, o fim da censura no país. Na plateia, artistas e intelectuais marcaram presença. O período, portanto, não coincidia com as medidas censórias vindas de Sarney, subentendendo que a democracia brasileira nascia corrompida. Embora Tancredo Neves¹⁴ tivesse sido indicado à presidência indiretamente, por colégio eleitoral, era notório sua tendência aos valores nacionais e sua luta

¹⁰ O semanário *O Pasquim* publicou em 1986 uma ampla entrevista com o professor Paulo Freire. A citação destacada neste artigo está no centro da página da conversa, jornalisticamente chamado de “olho”, um trecho destacável.

¹¹ O grupo de pesquisa teve acesso a um dossiê contendo 208 páginas de cartas enviadas por instituições, grupos organizados e sociedade civil a Fernando Lyra e Coriolano Fagundes. Todos os pedidos são desfavoráveis a liberação de *“Je Vous Salue, Marie”*. Esse material está disponível no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

¹² Declaração publicada no *Jornal do Brasil* no dia 5 de fevereiro de 1986, em matéria no Caderno B.

¹³ Declaração publicada no *Jornal do Brasil* no dia 5 de fevereiro de 1986, em matéria no Caderno B.

¹⁴ Se não falecesse no dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves assumiria a presidência do Brasil. Devido a fortes complicações abdominais, muito em decorrência da frenética agenda de campanha, o mineiro não chegou a ser empossado, passando o cargo de Presidente da República ao vice, José Sarney.

no combate aos ordenamentos da ditadura. Subentender e imaginar três anos à frente a possibilidade de mudanças significativas e estruturais, firmadas na Constituição, sugere pensar, sim, no quanto o início democrático no país foi desajustado.

Ainda envolvendo o trio Sarney, Lyra e Fagundes, outro personagem significativo nas tratativas proibitivas foi Wilton Figueiredo, empresário e distribuidor das cópias do filme pelo país. Após reunião com líderes religiosos da CNBB, Sarney ligou para Lyra em caráter de urgência pedindo para que ele desse um jeito de proibir o filme sem deixar transparecer que tal medida pudesse ter partido do governo. O ministro acionou Fagundes que, prontamente, solicitou que Figueiredo não disponibilizasse a produção à censura assumindo, dessa maneira, a culpa pela não liberação nacional do filme de Godard.¹⁵ Se o filme não foi sujeito para análise da censura, automaticamente não foi o presidente/executivo que proibiu, tampouco a igreja. De acordo com uma das poucas matérias sobre esse assunto, veiculada pelo *El País México*, o jornalista Eric Nepomuceno, escrevendo do Rio de Janeiro, contou outros detalhes sobre esse personagem importante por trás de “*Je Vous Salue, Marie*”. Ele escreveu, em 25 de novembro de 1985:

Ontem tudo ficou claro: não havia uma ordem oficial proibindo o filme. A iniciativa de não o exibir no festival veio do distribuidor do filme, Wilton Figueiredo, 40 anos, viúvo e muito católico. Originário do Estado de Minas Gerais, uma grande reserva do conservadorismo brasileiro, Figueiredo disse que o filme “é uma falta de respeito pela fé católica”.

Para título imaginativo e também para colaborar com a desassociação da imagem dos chefes da censura e do ministro, no auge da ditadura a Divisão de Censura contava com 250¹⁶ agentes censórios que atuavam nas análises e na liberação ou não das produções culturais a nível nacional. No final da década de 1990, esse número estava abaixo de 100¹⁷. Produções culturais não receberiam a atenção social que receberam se não passassem pela crítica do órgão. Em algum nível, a censura brasileira serviu como plataforma publicitária, divulgando estruturalmente criações que eles desejavam oficialmente que nunca vissem a luz do dia ou chegassem ao grande público. E o tiro no pé, também chamado de propaganda, incidiu em “*Je Vous Salue, Marie*” no aspecto de procura, interesse e debate social. Se a obra fosse liberada para pequenas plateias, em cinemas reduzidos, como acontecia com outras criações

¹⁵ Esse mecanismo das funções do governo foi noticiado numa terça-feira, 26 de novembro de 1985, em matéria no *Jornal do Commercio*, sob o título “Censura de Lyra”. O texto não está assinado.

¹⁶ Dado informado por Coriolano Fagundes em depoimento a Beatriz Kushnir.

¹⁷ Dado informado por Coriolano Fagundes em depoimento a Beatriz Kushnir.

do mesmo cineasta, a repercussão seria mais controlada e o desgaste político poderia ser reduzido. A insistência em colocar o filme em constante foco persecutório instigou o olhar jornalístico em noticiar, fazendo da produção objeto destacável e uma fonte de curiosidade.

3. “Consciência Histórica é Consciência de Mudança”: Jornalismo Como Agente Difusor de Sentidos

Não nos distanciando das narrativas que circundaram a obra godardiana, mas ampliando a análise nos limites comunicacionais e da atividade jornalística, enxerguemos o papel e o valor que o jornalismo desempenhou na condução e na criação de sentidos durante a segunda parte da década de oitenta no Brasil. Antes de tornar a História das Mentalidades uma ciência empenhada em expandir os modos como são lidos os acontecimentos históricos, Vovelle (1991) partiu da inquietação refletida nos registros trazidos pela história social, portanto, o formato que privilegiava certa mecanicidade desprendida de fatores externos. O fato histórico, de alguma maneira, parecia iniciar e se findar no momento em que emergia nas rotinas do tempo, não levando em conta o processo de movimentação nos “entre-lugares” e que são diluídos em migalhas. Acerca dessa dicotomia historiográfica, muito trabalhada na criação vovelliana, essa é uma descrição significativamente simplificada, se propondo apenas a contribuir na compreensão da transição de um modelo para outro. Na mesma linha de raciocínio e ancorada na deontologia do Jornalismo, é Marialva Barbosa (2007) quem ilumina o título dessa seção, bem como nos trará posicionamentos e raciocínios para vislumbrarmos a dinâmica censória em cima de “*Je Vous Salue, Marie*” nas páginas dos jornais.

Já foi suscitado o episódio destacando Coriolano Fagundes como um dos únicos sujeitos do governo Sarney a assistir ao filme comentado. Somente nessa informação cabe uma finitude de aspectos para ser explorado, mas nos endereçamos para os jornalistas e a noticiabilidade pautada na liberação ou não da produção cinematográfica que tirou países e grupos sociais do eixo pacífico. Quem confirma se os jornalistas e críticos daquele momento conturbado e sem acesso fácil à fita conseguiram assistir ou interpretar com mais abrangência a mensagem figurada por Godard? Ao noticiar os vetos e as proibições, alguns raciocínios começaram a ser formados na mentalidade coletiva, a ponto de civis enviarem cartas e pedidos ao gabinete do Ministro da Justiça e do Chefe da DCDP solicitando a não liberação do filme. Portanto, entende-se nisso a importância consciente e a representação trazida nas matérias jornalísticas. Barbosa (2007) reforça o caráter histórico temporal e também, pensando nos efeitos das notícias na sociedade, o valor da argumentação jornalística.

O jornalismo trabalha com um tempo fundamentalmente diferente do da história. A presunção dos atos jornalísticos é ocorrer no tempo presente, o tempo real, razão pela qual é necessário construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação. Se o presente prova, em certa medida, o futuro, ele precisa ser conhecido, descrito e, ao mesmo tempo, constituir-se como objeto de reflexão. (BARBOSA, 2007, p. 155).

Na revista *Manchete*, em 1986, o jornalista Alexandre Garcia, atuante até os dias de hoje, se manifestou a favor dos desejos nacionais sem deixar de opinar “Eu Vos Saúdo, Maria”, escrevendo: “O governo, por exemplo, que é feito de várias cabeças, pode, mesmo sem saber, ser influenciado por interesses de grupos políticos, econômicos ou religiosos que não sejam interesses da nação. A censura de “*Je Vous Salue, Marie*”, por exemplo, atendeu a grupos religiosos, mas não se sabe se atendeu ao interesse da nação, embora o filme de Godard seja uma supina chatice.” Até bater o martelo sobre a audiência de Alexandre Garcia ou não, a opinião reverberou no rio de pensamento daqueles que, sim, tinham nele alguma periodicidade e reverberaram suas palavras, visto que a prática jornalística tem o caráter de representar as situações, não se atendo aqui a fatos ou inverdades, mas ao mecanismo natural da função. Anterior a essa publicação na *Manchete*, na virada da década de 1970 para 1980, o jornalista Alexandre Garcia fazia parte da equipe de comunicação do governo de João Figueiredo, assumindo a subsecretaria de imprensa da Presidência da República. Esse dado fortalece a premissa de que a adjetivação dada por ele ao filme não está dissociada de valores ideológicos conscientes, entendendo que o jornalista poderia se limitar ao fatos sem recair em juízo de valor.

Ao trazer para as páginas dos jornais as informações a respeito do filme e seus personagens reais, o profissional da comunicação não se isenta em totalidade da sua parcialidade, assim como não se separa da sua ideologia. Ainda que se limite em noticiar aquilo que ocorreu, as palavras escolhidas em detrimento de outras já demarcam o posicionamento acerca do objeto noticiado, ainda que não intencional. Quando a jornalista Ivana Oliveira, no *Jornal do Commercio*, sintetiza uma manchete com duas palavras, “Desobediência civil”, e segue fazendo uso de expressões como “polêmica”, “maneira marginal”, “caráter um tanto marginal” e “proibido”, mais do que trazer a notícia ao leitor, ela sinaliza por onde o entendimento deve passar, provocando em nós o seguinte questionamento: ela estaria reproduzindo uma retórica batida durante aqueles anos e, nesse movimento, criando outra, ou ela tinha consciência do que estava dizendo por ter assistido a obra de Godard? As duas possíveis respostas comprometem a atividade e, de algum modo,

atuam de maneira impensada tal qual as decisões de Sarney ao vetar o filme. Assim como a igreja influenciou decididamente o governo, parte da comunicação pode ter feito um favor à censura e se negado a contribuir com a liberdade individual, cultural e artística. Barbosa (2007) cruza muito bem as práticas históricas com as jornalísticas, evidenciando a potência crítica da segunda atividade e ligando a uma teoria para “lidar com os problemas do presente”. Nessa mesmo seguimento a autora sintetiza objetivamente a função do comunicador ao assumir um falso protagonismo da informação/notícia e, veladamente, confere a ele responsabilidades.

O mundo contado é estranho ao locutor (no caso, jornalista) e ao ouvinte. O jornalista no palco do acontecimento relata o que viu ou ouviu, mas não é ele em si mesmo construtor da ação. É por meio da sua na narrativa que o leitor se insere no mundo das coisas contadas. (BARBOSA, 2007, p. 156).

O jornalista, assim como o historiador, não são agentes apartados da realidade social e compartilhável. Esses mediadores dos fatos cotidianos se encontram debaixo da mesma atmosfera, sendo engrenagem e sujeitos do mesmo “ritual de uma época”, como comenta Vovelle. Na feitura das atividades deontológicas e nos voltando para a prática jornalística novamente, tanto a linguagem quanto a produção de sentido se abrigam em ambiente profícuo e pulverizador. É através da leitura crítica do entorno e das emergências sociais que a censura, direcionada a qualquer aspecto, deve ser problematizada para que, amanhã ou depois, o presente não seja assombrado pelo passado. A proibição institucionalizada a “*Je Vous Salue, Marie*”, perpassada pelos desejos conservadores da religião, demonstram, nessa altura, que havia muitos personagens disfarçados na campanha contra a exibição. Enquanto a França freava o reducionismo e o ataque às liberdades individuais, demarcando judicialmente a arbitrariedade que a censura representava, o Brasil tinha grande aparato conservador, uma aura persecutória advinda da ditadura e um complexo jornalístico que, ao dizer não, nas estrelinhas das matérias, sorrateiramente, adulavam as medidas ultrapassadas tomadas naquele momento convencionado a ser chamado de Nova República.

3.1 Comunicação e História: Jornalista Ivana Oliveira Relembrou Atmosfera Censória Durante Exibição do Filme na Universidade do Amazonas

Em entrevista por ligação, no dia 11 de junho de 2021, a jornalista Ivana Oliveira respondeu para este artigo algumas perguntas a respeito da exibição de “*Je Vous Salue, Marie*” na Semana de Comunicação da Universidade do Amazonas, em 1986. Ao lembrar

a matéria publicada no *Jornal do Commercio*, Oliveira afirmou ter assistido ao filme junto a colegas da faculdade e comentou sobre o “clima de medo na redação”. No primeiro semestre do curso de Jornalismo, aos 19 anos, ela estudava e escrevia para o jornal uma das matérias analisadas aqui. Sob o título “Desobediência civil”, ela reconheceu que, ao usar certas expressões¹⁸, influenciou a percepção e o entendimento de seus leitores, afirmando que, se fosse possível, reformularia toda estrutura do texto. Entrevistaria os telespectadores após a exibição, escutaria os convidados do evento, Ricardo Kotscho e Pena Branca, e trataria a temática do filme com mais maturidade. “Poderia ter feito muito mais”, concluiu. A sala meio improvisada abrigava, no primeiro dia da exibição, uma plateia apreensiva e curiosa com cerca de 40 pessoas. Professora nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda na mesma instituição, a jornalista disse que os(as) trabalhadores(as) da limpeza e um grupo de construtores da obra ao lado se juntaram na sala pequena quando souberam da transmissão. Interessante destacar o fato dos civis chamarem o longa-metragem de “filme proibido” por conta da pronúncia complicada em francês. Ou seja, as palavras noticiadas reiteradamente colaboraram com essa dificuldade compartilhada. Dentre alguns detalhes que Ivana Oliveira não noticiou na oportunidade 35 anos atrás, esse ela ressentiu por não ter informado. Perguntada sobre a aura que circulava após a transmissão, ela se lembrou da indignação dos estudantes sem entender a motivo da censura. “Super bobo”, sintetizou lembrando o cerne dos comentários manifestados pelos acadêmicos. E seguiu dizendo que até os curiosos não estudantes, sob a mesma justificativa, abandonaram o filme. A respeito da condução de Sarney, Ivana entende hoje que as medidas faziam parte do projeto político do momento e, interessado em apoio e continuidade no cargo, o presidente cedeu aos pedidos da Igreja Católica. Contrária à proibição, sintetizou José Sarney como representante de “uma redemocratização café com leite”, sugerindo um político sem personalidade que não era ditador, muito menos progressista.

4. Considerações Finais

Jean-Luc Godard, na melhor das intenções e consciente da genialidade artística, jamais imaginaria que seu filme pudesse receber tanto destaque sem, ao menos, ser liberado para transmissão. Idealizar o sucesso sabendo das exibições pelo país é um dado, agora, vislumbrar tal mobilização nacional, com diversas frentes, sem que o empresário Wilton

¹⁸ Expressões veiculadas no *Jornal do Commercio* pela jornalista Ivana Oliveira: “caráter um tanto marginal”: “maneira marginal”; “tanta polêmica”; “filme proibido”.

Figueiredo sujeitasse o arquivo oficialmente aos órgãos censórios é quase inimaginável. Tanto a Divisão de Censura quanto os veículos de comunicação serviram como rebatedores e divulgadores de “*Je Vous Salue, Marie*” no Brasil, tornando a produção discutível quase quatro décadas depois de seu lançamento – o que faz do filme um exemplar da censura cinematográfica na Nova República, amplamente citado em textos que recuperam a história da censura no Brasil, mas, de fato, pouco assistido e aplaudido. Isso não significa que as práticas censórias e as políticas persecutórias do governo Sarney deveriam ser efetivadas, ao contrário, a grandeza dos significados da arte e seus autores é tamanha que, nenhuma construção inibidora, seja política ou moral, anulou sua intenção primária, ou seja, fazer pensar.

Quando ampliamos o histórico político e social que precedeu a tomada de Poder de José Sarney, percebemos o quanto aquela abertura foi um grito, principalmente dos movimentos das “Diretas Já” e de parte significativa da sociedade brasileira. A personificação de Tancredo Neves representou o primeiro passo em busca de mudanças efetivas e ideológicas contra os anos de chumbo. Ainda doente e lidando com a enfermidade que o levou a óbito, Tancredo buscou garantir que João Figueiredo, último presidente da temporada ditatorial, garantisse a passagem da faixa presidencial a Sarney, demonstrando, nessa ação, mas não só, quais eram seus ideais. A Constituição Federal seria promulgada três anos após o lançamento de “*Je Vous Salue, Marie*”, em 1988, não impedindo Sarney de seguir os anseios e práticas democráticas defendidas por Neves até os últimos dias da vida.

Nos limitamos objetivamente às ações praticadas contra o filme de Jean-Luc Godard, não analisando todo o período do governo emedebista. Tendo tal noção em mente, percebe-se um conluio político, religioso, minoritariamente civil e amparado, à sua maneira, pelo jornalismo profissional. Ainda que Fernando Lyra, Coriolano Fagundes e grupos progressistas agissem de maneira contrária às decisões presidenciais e religiosas, como foi feito, de pouco valeu os esforços: a proibição foi consumada. Institucionalmente a obra teve sua função banida, mas, nos limites sociais, ela incidiu no centro principal.

REFERÊNCIAS

Fontes Jornalísticas

CENSURADA A CENSURA. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, Ano 1987, Edição nº 11649, 15 de jul. 1987, p. 18.

ENTIDADES LANÇARÃO PROTESTO CASO FILME DE GODARD SEJA CENSURADO. **Jornal do Dia**, Sociedade e Roteiro. Cuiabá, Ano 1986, Edição nº 02403, 1 de fev. 1986, p. 9.

ENTREVISTA PAULO FREIRE. **O Pasquim**. Rio de Janeiro, Ano 1986, Edição nº 00895, p. 15.

GARCIA, Alexandre. O Preciso Bem da Credibilidade. **Manchete**. Rio de Janeiro, Ano 1986, Edição nº 1775, p. 15.

JEAN-LUC GODARD E A MODERNIZAÇÃO DA VIRGEM MARIA. **Jornal do Brasil**, Caderno B. Rio de Janeiro, Ano 1985, Edição nº 00294, 29 jan. 1985, p. 31.

NEPOMUCENO, Eric. Retrospectivas de Welles, Buñuel y Saura en el festival de Río de Janeiro. **El País on-line**. Cultura. Rio de Janeiro. 25 de nov. 1985. Disponível em: https://elpais.com/diario/1985/11/26/cultura/501807608_850215.html?prm=enviar_email. Acesso em 08 de jun. 2021.

OLIVEIRA, Ivana. Desobediência Civil. **Jornal do Commercio**. Amazonas, Ano 1986, Edição nº 33902, p. 21.

STYCER, Maurício. Procura-se Desesperadamente Uma Causa. **Jornal do Brasil**. Caderno B/ESPECIAL, Rio de Janeiro, Ano 1986, Edição nº 00089, p. 48.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **Percursos do Olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007.

FERNANDES, Guilherme. **Mentalidade Censória e Telenovela na Ditadura Militar**. 2018. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. Depoimento de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e07_a19.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância**: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Senac; Terceiro Nome, 1999.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2ª Ed. Trad. Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991.